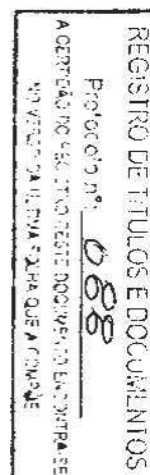


INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.



Pelo presente instrumento,

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Margem Direita do Rio Araguari, Coordenadas UTM/SAD 69/Fuso 22/ E= 467.697,143, N= 94.210,766, CEP 68915-000, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, inscrita no CNPJ sob o nº 17.200.920/0001-56, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A., sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996 - 8º andar/parte, inscrita no CNPJ sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("EDP");

CWEI (BRASIL) PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, 418, conjunto 2901, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ sob o nº 19.014.221/0001-47, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("CWEI", ou, em conjunto com a EDP, "Acionistas");

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, ala B, salas 303 E 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures ("Agente Fiduciário");

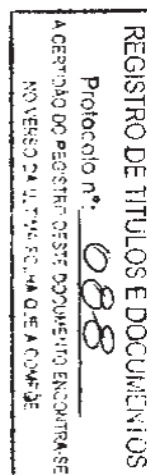
sendo a Emissora, as Acionistas e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em série única,

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document, including a circular stamp for "CWEI Brasil Jurídico" and another for "EDP".

para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada, São Paulo, SP, Rio de Janeiro, RJ, ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), hipótese em que somente será considerado DIA ÚTIL qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional para os pagamentos que venham, a ser realizados por meio da CETIP.



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissão pela Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em **27 de novembro de 2014** ("AGE da Emissora"), na qual foi deliberada: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga da(s) garantia(s) prevista(s) na Cláusula 4.16.1 (i) abaixo; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissora, em conformidade com o disposto no artigo 59, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorização das Garantias pelas Acionistas

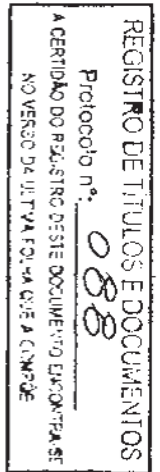
1.2.1. A Fiança da EDP, conforme definida na Cláusula 4.17.1 abaixo, é prestada pela EDP com base nas aprovações societárias realizadas na Reunião do Conselho de Administração da EDP, realizada em 28 de novembro de 2014.

1.2.2. As Garantias Reais previstas na Cláusula 4.16.1 serão concedidas e constituídas com base nas deliberações tomadas: (i) na Reunião do Conselho de Administração da EDP, realizada em 28 de novembro de 2014; e (ii) na Reunião de Conselho Consultivo da CWEI, realizada em 28 de outubro de 2014.



CLÁUSULA II REQUISITOS

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória a ser convolada para espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora

2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Amapá e publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá e no Jornal Brasil Econômico ("Jornais de Publicação da Emissora").

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na Junta Comercial do Estado do Amapá, bem como serão publicados nos Jornais de Publicação da Emissora.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários dos Acionistas

2.2.1. As atas das aprovações societárias das Acionistas, referidas na Cláusula 1.2 acima, serão arquivadas perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Brasil Econômico, se aplicável.

2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial do Estado do Amapá, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 30 (trinta) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de

A handwritten mark, possibly a signature or initials, located at the bottom left of the page.

A handwritten mark, possibly a signature or initials, located at the bottom center of the page.



eventuais aditamentos em até 10 (dez) dias após o respectivo arquivamento.

2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

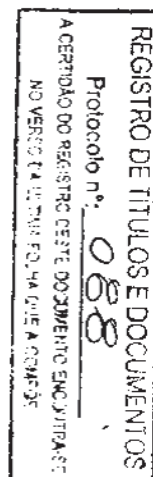
2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder, de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude da fiança avençada na Cláusula 4.17.1 abaixo, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.5.2. Os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definidos no item (ii) da Cláusula 4.16.1, na e na Cláusula 4.18.1, respectivamente), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas cidades de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio



4

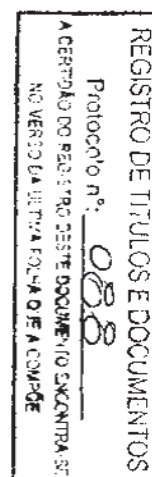
4

4

4

4

de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O penhor e o Contrato de Penhor (conforme definido na Cláusula 4.16.1 abaixo) serão averbados nos respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas e/ou livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de custódia das ações da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos seus respectivos acionistas titulares das ações empenhadas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações.



2.6. Registro para Distribuição Negociação e Custódia Eletrônica

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP;
- (c) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.6.3 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.7. Enquadramento do Projeto

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do projeto de implantação da UHE Cachoeira Caldeirão, com capacidade instalada de 219 MW e energia assegurada de 129,7 MW médios, localizada no Rio Araguari, no município de Ferreria Gomes (AP), bem como a implantação do sistema de transmissão associado e investimentos sociais no âmbito da comunidade ("Projeto"), por meio da Portaria nº 382 expedida pelo Ministério de Minas,

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. There are several handwritten marks, including a large 'X' and a signature. There are also two circular stamps: one from 'CWEI Brasil Jurídico' and another from 'EDP Diretoria Jurídica'.

e Energia em 29 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2014 ("Portaria"), como projeto prioritário.

CLÁUSULA III

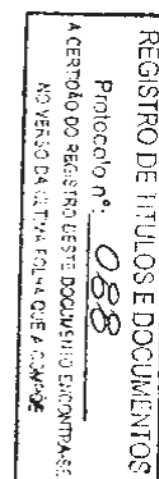
OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implementação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da usina hidroelétrica UHE Cachoeira Caldeirão, comercialização da energia elétrica gerada por tal usina, assim como a realização de qualquer outro serviço similar ou complementar relacionado ao objeto social ("Projeto"). A Companhia também tem como objeto social a participação em outras companhias, negócios e iniciativas relacionados à geração de energia, tal como definido no Contrato de Concessão Nº 01/2013-MME-UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO ("Contrato de Concessão"), celebrado com ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica ("Poder Concedente").

3.1.2. O Projeto, atualmente, se encontra no seguinte estágio:

Objetivo do Projeto	Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com capacidade instalada de 219 MW e energia assegurada de 129,7 MW médios, localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP) e implantação do sistema de transmissão associado.
Data estimada para o início do Projeto	01 de setembro de 2013.
Fase atual do Projeto	Em construção.
Data estimada para o encerramento do Projeto	01 de maio de 2017.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).
Valor das Debêntures que será destinado ao	Valor definido conforme cláusula 3.5.1..

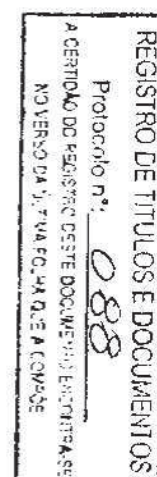


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Projeto	
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente utilizados no Objetivo do Projeto conforme definido na Cláusula 3.8.1 abaixo.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	Até 15% (quinze por cento) do investimento total.



3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão, para distribuição pública, de Debêntures da Emissora.

3.3. Data de Emissão

3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

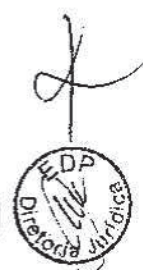
3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão é de até R\$ 177.500.000,00 (cento e setenta e sete milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), conforme tabela abaixo, a depender da taxa de Juros Remuneratórios a ser fixada nos termos da Cláusula 4.2.2:

Juros Remuneratórios	Valor da Emissão R\$ milhões
Até 9,0	138,0
Até 8,5	144,0
Até 8,0	150,0
Até 7,5	156,5
Até 7,0	163,0
Até 6,5	170,0
Até 6,0	177,5

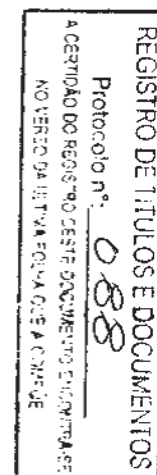
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de melhores esforços de colocação, para o montante total de até 17.750 (dezessete mil, setecentos e cinquenta) Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 3ª (terceira) Emissão da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").



3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e

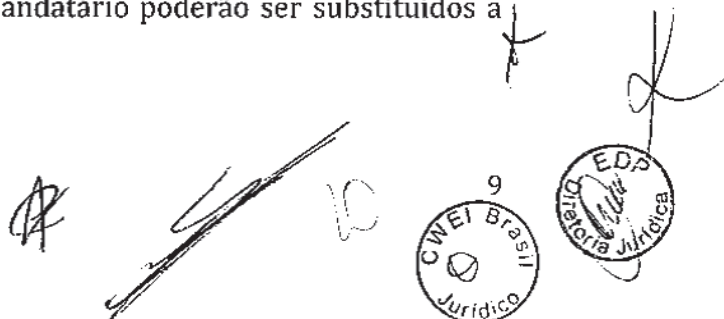
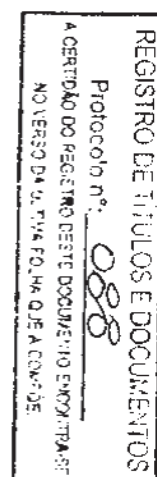


sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais (conforme definida na Cláusula 4.16 abaixo).

- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 1 (um) dia útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.6.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.
- 3.6.7. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM nº 476. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto nos parágrafos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476, condicionado ainda, ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.
- 3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira nacional, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar-paralela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário", conforme o caso). O Escriturador Mandatário será responsável por realizar a escrituração das Debêntures. O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos a qualquer tempo.



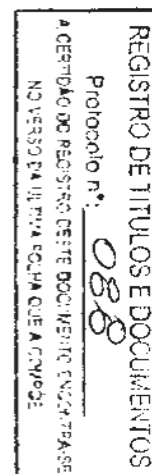
3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros, reembolso de gastos, despesas, dívidas, ou novos investimentos em ativos fixos relacionados ao Projeto, inclusive os voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

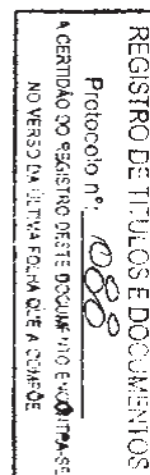
- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia fidejussória a ser convolada para espécie com garantia real e adicional fidejussória.
- 4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, obedecido o artigo 7-A da Instrução CVM 476, e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.
- 4.1.5. **Encerramento da Oferta Restrita:** Caso a Oferta Restrita não seja encerrada no prazo de 6 (seis) meses a contar da Data de Emissão, o Coordenador Líder deverá realizar a Comunicação de Encerramento com os dados então disponíveis, complementando-os semestralmente até o efetivo encerramento.
- 4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal



Handwritten signature and initials.



Unitário Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios devidos, e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947 do Conselho Monetário Nacional, o prazo das Debêntures será de 5661 (cinco mil, seiscentos e sessenta e um) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2030 ("Data de Vencimento das Debêntures").



- 4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 17.750 (dezesete mil, setecentos e cinquenta) Debêntures, em série única. A quantidade de Debêntures será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para tanto.

4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e vencerão juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

- 4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), levando-se em consideração o disposto nos itens 4.3.1 e 4.3.2, abaixo e calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

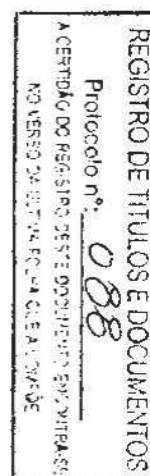
NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a data de aniversário das Debêntures o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator "C" um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

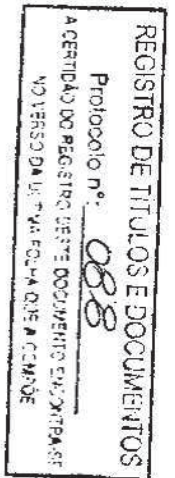
NI_{kp} = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

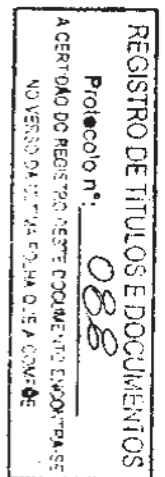
O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

- 4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar



Assembleia Geral de Debenturistas para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último número índice do IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

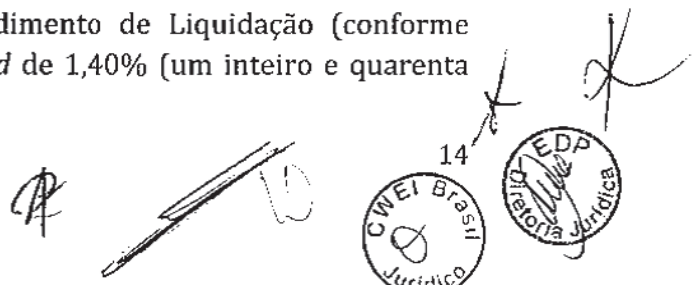


4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

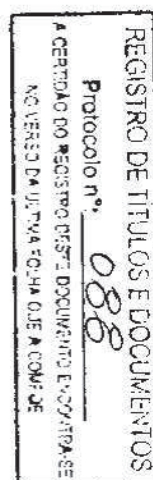
4.2.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quorum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverão ser resgatadas antecipadamente e, conseqüentemente, canceladas pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. As Debêntures farão *jus* ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes à média aritmética das cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em 15 de agosto de 2024, verificadas nos 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores à Data de Início do Procedimento de Liquidação (conforme abaixo definida) acrescida de um *spread* de 1,40% (um inteiro e quarenta



centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Juros Remuneratórios").



4.2.2.2. A Data de Início do Procedimento de Liquidação deverá ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos contados do cumprimento da última condição para subscrição e integralização das Debêntures, conforme descritas na Cláusula 4.19 abaixo, sendo certo que a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre o dia em que terá início referido procedimento ("Data de Início do Procedimento de Liquidação").

4.2.2.3. A taxa de Juros Remuneratórios apurada no Procedimento de Liquidação será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para tanto.

4.2.2.4. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DF}{252}} \right]$$

Onde:

X

Handwritten signature and initials.



Taxa = a ser ratificado por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, conforme preve a Cláusula 4.2.2.3 acima;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação das Debêntures, ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3. Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios:

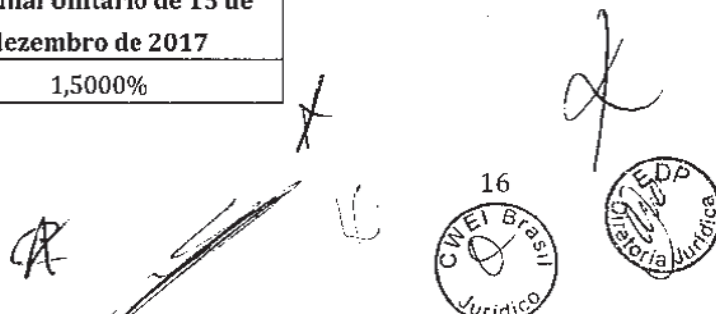
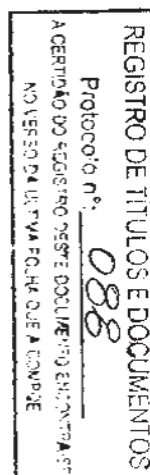
4.3.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Incorporação das Debêntures, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

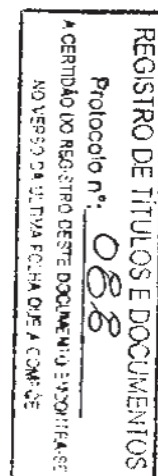
4.3.2. Os Juros Remuneratórios serão apurados sempre no(s) dia(s) 15 dos meses de junho e dezembro, sendo certo que até a apuração realizada em 15 de junho de 2017 (inclusive) os Juros Remuneratórios serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures e, a partir da apuração realizada em 15 de dezembro de 2017 (inclusive), passarão a ser pagos, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures. Farão *jus* aos Juros Remuneratórios das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios".

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures, em 15 de dezembro de 2017, ou seja, após as Datas de Incorporação, será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2017 e a última na Data de Vencimento das Debêntures, conforme os percentuais da tabela a seguir, sendo certo que os valores a serem amortizados serão atualizados monetariamente na data da amortização ("Amortização"):

Data de Amortização	Percentuais sobre o Valor Nominal Unitário de 15 de dezembro de 2017
15-dez-17	1,5000%





15-jun-18	0,5000%
17-dez-18	2,0000%
17-jun-19	2,5000%
16-dez-19	3,0000%
15-jun-20	3,0000%
15-dez-20	3,5000%
15-jun-21	3,0000%
15-dez-21	4,0000%
15-jun-22	4,0000%
15-dez-22	5,0000%
15-jun-23	4,0000%
15-dez-23	5,0000%
17-jun-24	4,0000%
16-dez-24	5,0000%
16-jun-25	5,0000%
15-dez-25	4,0000%
15-jun-26	5,0000%
15-dez-26	5,0000%
15-jun-27	4,0000%
15-dez-27	4,0000%
16-jun-28	4,0000%
15-dez-28	4,0000%
15-jun-29	4,0000%
17-dez-29	4,0000%
17-jun-30	7,0000%

4.5. Local de Pagamento

- 4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

- 4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

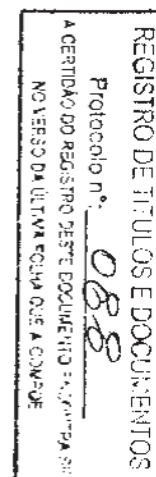
[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

4.7. Encargos Moratórios

- 4.7.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Repactuação

- 4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.10. Amortização Extraordinária

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo

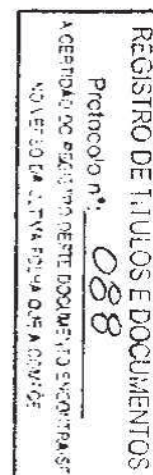
- 4.11.1. Exceto pelo disposto na cláusula 4.2.1.4 acima, as Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

4.12. Aquisição Facultativa

- 4.12.1. Desde que não contrarie a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e a Lei 12.431 e após decorridos 2 (dois) anos contados



da Data de Emissão, observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: **(i)** ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável; **(ii)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão *jus* aos mesmos Juros Remuneratórios e Atualização Monetária das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

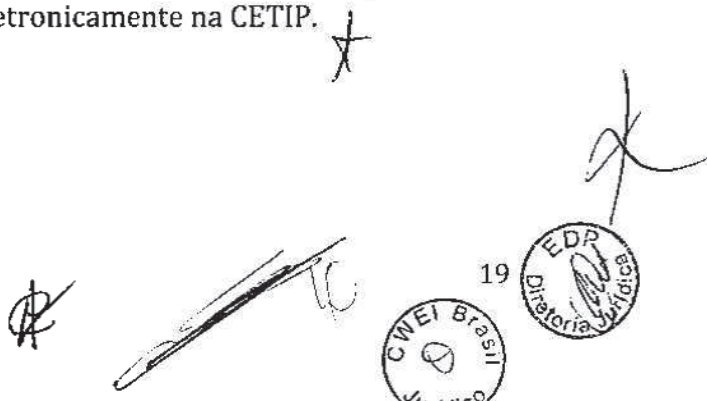


4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriurador Mandatário, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("Debenturistas"). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.



4.15. Tratamento Tributário

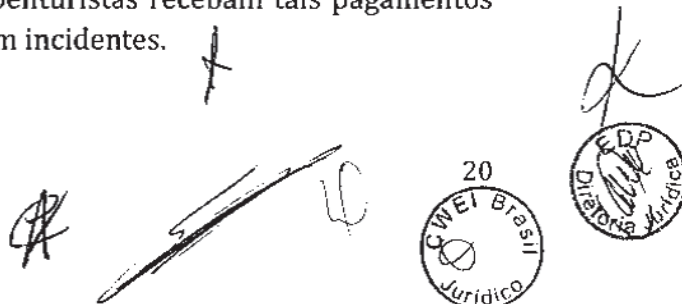
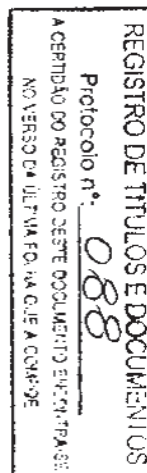
4.15.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.15.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.2. acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

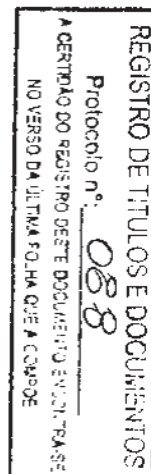
4.15.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa, a ser paga nos termos e condições definidas na Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

4.15.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.



4.16. Garantias Reais

4.16.1. Até o dia 31 de março de 2015, os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e devidamente registrados na forma descrita na Cláusula 2.5.2 acima, para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.18 abaixo, o pontual pagamento de toda a dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução das garantias previstas ("Valor Garantido").



I. PENHOR DAS AÇÕES: as Acionistas darão em penhor a totalidade das ações presentes e futuras de emissão da Emissora, as quais são, nesta data, de sua propriedade, bem como todas as novas ações de emissão da Emissora que venham a adquirir no futuro, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, por meio da celebração do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Penhor");

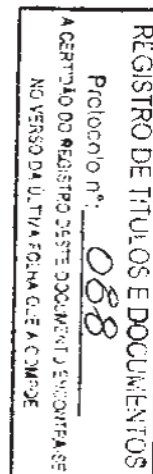
II. CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS: a Emissora cederá fiduciariamente, por meio de Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e dos Direitos Creditórios ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os "Contratos de Garantia"), nos termos da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 66-B, § 3º, em favor dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, até final liquidação de todas as obrigações da Emissora nesta Escritura de Emissão, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de Energia Elétrica nº 01/2013 - MME - UHE Cachoeira Caldeirão, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, em de 29 de maio de 2013, e seus posteriores aditivos (doravante denominado "CONTRATO DE CONCESSÃO"), compreendendo, mas não se limitando a:

- (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora,

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of "CWEI Brasil Jurídico" and a circular stamp of "Diretoria Jurídica".

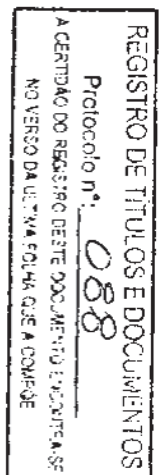
incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO;

- (b) os direitos creditórios da Emissora provenientes dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), e de quaisquer outros CCEAR's e/ou Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente de Comercialização Livre ("CCVE's"), que vierem a ser firmados pela Emissora, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Emissora;
- (c) as garantias constantes dos CCEAR's e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Emissora;
- (d) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO;
- (e) os direitos creditórios das contas descritas no Contrato de Cessão Fiduciária ("Contas Reservas"), sendo certo que a Emissora deverá (i) constituir e manter, a partir de 15 de novembro de 2017, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes da Emissão, uma Conta Reserva das Debêntures, movimentada exclusivamente para pagamento das prestações de amortização do principal, Remuneração e assessórios da dívida decorrente da Escritura de Emissão, no caso de insuficiência de recursos na Conta de Pagamento das Debêntures e na Conta Centralizadora, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, e preenchida com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) da amortização de 1 (uma) parcela do principal imediatamente subsequente, mais o valor de 100% (cem por cento) de 1 (uma) parcela de Juros Remuneratórios imediatamente subsequente; e (ii) constituir uma Conta de Pagamento das Debêntures, a qual deverá ser preenchida, ao longo do período dos seis meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, em parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sobre seis) da amortização de principal imediatamente subsequente, mais 1/6 (um sobre seis) do valor da parcela de Juros Remuneratórios imediatamente subsequente. Para o preenchimento de ambas as contas, utilizar-se-á a projeção do



IPCA divulgada pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim Focus do Bacen no último Dia útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo;

- (f) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO.



4.16.2. O Penhor das Ações abrangerá quaisquer ações representativas do capital social da Emissora de titularidade das Acionistas, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre os mencionados títulos, que venha a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelas Acionistas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão.

4.16.3. As Acionistas nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, o Agente Fiduciário como seu procurador, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome das Acionistas: (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do penhor sobre as ações empenhadas, e/ou (ii) alienar as ações empenhadas, no todo ou em parte, por meio de venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação da presente Escritura de Emissão.

4.16.4. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição e registro das Garantias Reais e do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definidos nas Cláusulas 4.16.1 e 4.18.1), incluindo os devidos registros e averbações mencionados na Cláusula 2.5.2 acima.



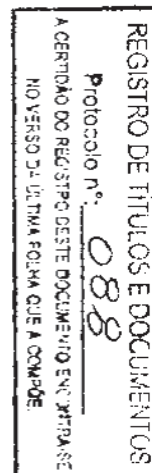
4.17. Fianças

4.17.1. A EDP aceita a presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiadora e principal pagadora, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 827 e 838 do Código Civil e responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, no limite de até 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido (conforme acima definido), pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, nesta Escritura de Emissão, pela Emissora ("Fiança da EDP").

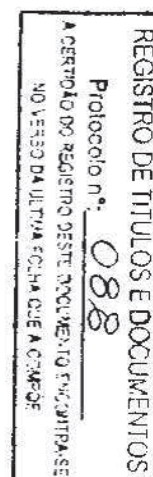
4.17.2. Além da Fiança da EDP, a CWEI (Brasil) Participações Ltda. contratará fiança bancária, como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, em benefício único e exclusivo dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a qual será formalizada mediante carta de fiança devidamente registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos domicílios da fiadora e do Agente Fiduciário, conforme modelo constante do Anexo I a esta Escritura de Emissão ("Carta de Fiança"), a ser prestada por instituição financeira que tenha um *rating* de pelo menos AAA na escala nacional brasileira, com uma das seguintes agências de risco: Moody's, S&P ou Fitch, na qualidade de fiadora e principal pagadora ("Fiadora"), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, no limite de até 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido (conforme acima definido), pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, nesta Escritura de Emissão, pela Emissora ("Fiança Bancária" e, em conjunto com a Fiança da EDP, as "Fianças").

4.17.3. A EDP se obriga e a Fiadora se obrigará a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar o Valor Garantido no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, observado o período de cura respectivo.

4.17.4. Todos e quaisquer pagamentos realizados por EDP e pela Fiadora em relação às Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo ambas pagarem as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia



equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.



- 4.17.5. A Fiança da EDP aqui referida é prestada pela EDP em caráter irrevogável e irretratável até a liquidação integral das Debêntures ou até o recebimento pela Emissora e pelo Agente Fiduciário de declaração por escrito por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), atestando o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para o *Completion* Financeiro, nos termos do Contrato de Financiamento e conforme definidas na Cláusula 4.17.11 abaixo, conforme modelo de Declaração de Cumprimento de *Completion* Financeiro, constante do anexo II ("Anexo II").
- 4.17.6. A Fiança Bancária será formalizada por carta de fiança com validade de, no mínimo, 30 (trinta) meses, devendo ser renovada por períodos de, no mínimo, 18 (dezoito) meses, no prazo de até 90 (noventa) dias antes de seu vencimento, até a liquidação integral das Debêntures ou até o recebimento pela Emissora e pelo Agente Fiduciário de declaração por escrito por parte do BNDES, atestando o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para o *Completion* Financeiro, nos termos do Contrato de Financiamento e conforme definidas na Cláusula 4.17.11 abaixo, conforme modelo de Declaração de Cumprimento de *Completion* Financeiro, constante do Anexo II.
- 4.17.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela EDP ou pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 4.17.8. Na hipótese de excussão da presente garantia, a EDP e a Fiadora não terão qualquer direito de reaver dos Debenturistas qualquer valor decorrente da execução das Fianças.
- 4.17.9. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.
- 4.17.10. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações no Contrato de Distribuição, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita, observado o disposto na Cláusula 4.17.5 acima. A EDP, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido. A Carta de Fiança terá a mesma previsão em relação à Fiadora.

✱

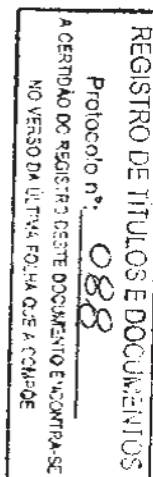
R

16



4.17.11. As condições para que o BNDES declare o *Completion* Financeiro, cuja verificação de cumprimento caberá única e exclusivamente ao BNDES, cabendo ao Agente Fiduciário liberar as Fianças apenas com base na declaração emitida pelo BNDES, conforme modelo previsto no Anexo II, a ser entregue pelo BNDES à Emissora e ao Agente Fiduciário, são:

- a) apresentação pela Emissora da Licença de Operação do PROJETO ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente;
- b) comprovação da conclusão das obras do PROJETO e de sua integral entrada em operação comercial, conforme definido no CONTRATO DE CONCESSÃO, com a devida obtenção de aprovação ou certificação da ANEEL;
- c) o pagamento de, ao menos, 12 (doze) prestações consecutivas de amortização da dívida do Contrato de Financiamento;
- d) estar a Emissora em operação comercial plena e recebendo regularmente, na CONTA CENTRALIZADORA, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, os direitos emergentes da concessão de que é titular decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- e) comprovação, pela Emissora, do preenchimento das Contas Reservas, conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária;
- f) comprovação, que o ICSD atingiu, no período de 12 (doze) meses anteriores, o valor mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos, com a apresentação da respectiva memória de cálculo, conforme metodologia de cálculo constante do Contrato de Financiamento, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, auditadas por auditores independentes;
- g) comprovação do atendimento do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento);
- h) inexistência de qualquer decisão judicial ou administrativa do órgão ambiental licenciador que suspenda, anule ou extinga, total ou parcialmente, as licenças ambientais do PROJETO ou impeça, total ou parcialmente, a operação da UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO;
- i) estar a Emissora e as demais empresas integrantes do Grupo Econômico a que esta pertença adimplente com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES; e
- j) estar a Emissora adimplente com relação às Debêntures.



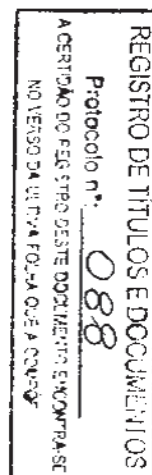
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



4.18. Compartilhamento das Garantias

4.18.1. As Garantias Reais das Debêntures descritas na Cláusula 4.16 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, com a dívida decorrente (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto ("Contrato de Financiamento"), conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").



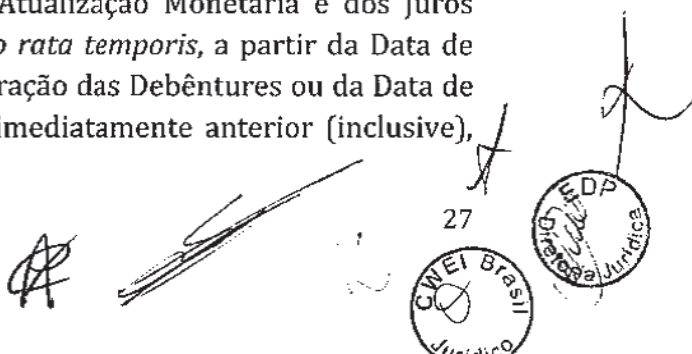
4.19. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

4.19.1. A Emissora obriga-se a providenciar, previamente à subscrição e integralização das Debêntures:

- a) o registro da Carta de Fiança, contratada nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro;
- b) o arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial do Estado do Amapá;
- c) o registro da presente Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, nos termos descritos na Cláusula 2.5.1 acima;
- d) obtenção do relatório definitivo de classificação de risco (rating) das Debêntures pela Fitch Ratings e envio da referida súmula ao Agente Fiduciário; e

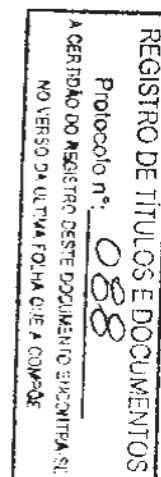
CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação das Debêntures ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive),

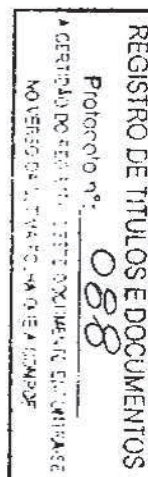


conforme o caso, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, e desde que respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento");

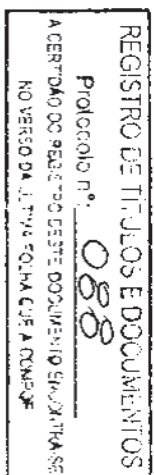
- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do respectivo vencimento;
- (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor, nos termos da Cláusula 4.17.5 acima;
- (c) extinção definitiva da concessão para executar o Projeto objeto do Contrato de Concessão;
- (d) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (e) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;
- (f) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente, observado o disposto na Cláusula 5.9 abaixo;
- (g) constituição pela Emissora ou pela Acionista, sem a prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures;



- (h) descumprimento (i) pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) pela Emissora e/ou pela(s) Acionista(s), de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Oferta Restrita dos quais fazem parte observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;
- (i) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão, exceto se de acordo com esta Escritura de Emissão, se esta ocorrer por força de determinação legal ou regulamentar, ou conforme permitido pelo Contrato de Concessão;
- (j) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo vencimento;
- (k) protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora aos Debenturistas dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (l) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (m) se as Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas para assegurar o pagamento da importância devida e não forem substituídas ou complementadas quando solicitado pelos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pela Emissora de notificação por escrito, neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;



- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (o) constituição, a qualquer tempo, pela Emissora, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) mediante autorização prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo credor do Contrato de Financiamento, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iv) garantias para cumprimento de normas e exigências de agências regulatórias.
- (p) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (q) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a implantação e execução do Projeto;
- (r) qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (s) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1. e seguintes desta Escritura de Emissão;

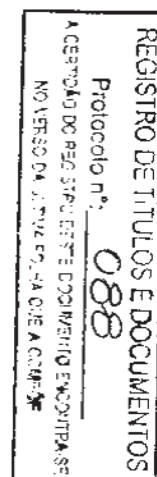


AR

10



- (t) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (u) verificação de que quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Compartilhamento e nos demais documentos da Oferta Restrita eram falsas, incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante no momento em que foram prestadas;
- (v) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) dias úteis;
- (w) a transformação da Emissora em outro tipo societário, deixando, portanto, de ser uma sociedade anônima;
- (x) resgate ou amortização de ações, bem como pagamento de dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando a Emissora estiver em mora perante os Debenturistas;
- (y) não renovação da Carta de Fiança antes de 90 dias de seu vencimento, caso as Fianças ainda não tenham sido liberadas na forma descrita na Cláusula 4.17.6.;
- (z) concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, e assunção novas dívidas sem a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.4.1. e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas as seguintes hipóteses: (i) dívidas em valor inferior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões); (ii) dívidas de longo prazo cuja contratação seja realizada exclusivamente para fins de permitir que a Emissora realize novos investimentos no Projeto em conformidade com o Contrato de Concessão, desde que esteja cumprindo com o Índice Financeiro indicado no item "v" da Cláusula 6.1; e
- (aa) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário sem a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.4.1. e seguintes desta Escritura de Emissão;



f

1

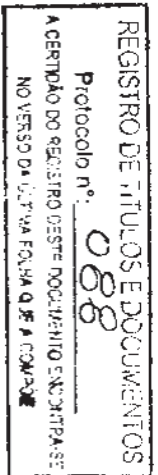
[Handwritten signature]

2

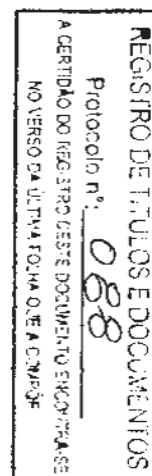


[Handwritten signature]

- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar ciência do evento. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado, nos termos desta Cláusula V, desde que respeitados os respectivos períodos de cura.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d) e (w) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, observado os períodos de cura respectivos, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer forma de notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.3.2 abaixo) em primeira ou segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.
- 5.6. Na hipótese: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data



posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. A declaração de vencimento antecipado com base no estipulado na alínea (f) da Cláusula 5.1 acima não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal.
- 5.10. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES nos termos do Contrato de Financiamento, com ou sem alteração da taxa de juros do Contrato de Financiamento, bem como alteração da composição da Conta Reserva, nos termos do Contrato de Financiamento, desde que (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures e (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

X

K

#

Handwritten signature



CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DE CADA UMA DAS
ACIONISTAS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Protocolo nº: 088
A CERTIDÃO DO REGISTRO DESTES DOCUMENTOS ENCONTRA-SE
NO VERSO DA ÚLTIMA FOLHA QUE A COMPÕE

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; e (b) memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, devidamente apurado pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (iv) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;

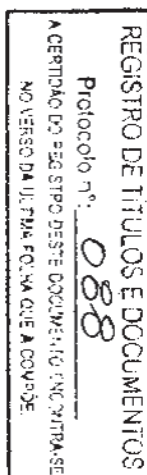
(ii) dentro de 10 (dez) dias úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, inclusive os atos societários, os dados financeiros e o organograma societário da Emissora (o referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



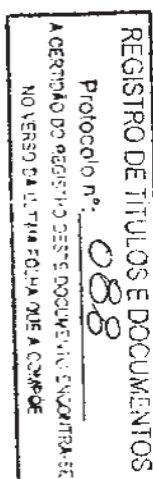
- (iii) dentro de até 5 (cinco) dias úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação, desde que sejam relevantes para as Debêntures;
- (b) informar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;
- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades, desde que envolvam valor individual superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais);
- (d) enquanto a(s) Fiança(s) não for(em) liberada(s), informar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento de cada trimestre, qualquer alteração da composição societária da EDP da qual tiver ciência, em que qualquer acionista da EDP tenha sua participação aumentada ou diminuída em volume equivalente a 10% (dez por cento) do capital da EDP;
- (e) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as

35
CVM Brasil
Jurídico

EDP
Diretoria Jurídica

disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (f) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do CETIP21, por meio da CETIP;
- (g) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21); e (iv) agência de classificação de risco, dentre as mencionadas na alínea "k" abaixo;
- (h) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários da Emissora;
- (i) manter válidas e em situação regular suas obrigações relativas às licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, necessárias ao seu regular funcionamento, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, salvo se (i) alguma obrigação estiver sendo questionada de boa-fé na esfera judicial e/ou administrativa, sem que referido questionamento tenha resultado em perda da licença, concessão ou aprovação, inclusive ambiental; ou (ii) qualquer irregularidade da qual tenha resultado em perda da licença, concessão ou aprovação, inclusive ambiental, venha a ser sanada em até 30 (trinta) dias;
- (j) obter, para o início da Oferta Restrita, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures pela Fitch Ratings e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, e (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora, bem como

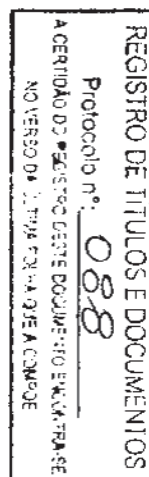


Handwritten signature.

Handwritten signature.



comunicar ao Agente Fiduciário, no mesmo prazo, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;



- (k) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Contrato de Financiamento;
- (l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (m) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (iii) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Liquidante;
- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade exclusiva da Emissora;
- (p) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (q) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações



acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;

- (r) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação do Projeto, ressalvados os casos que estejam sendo questionados pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (s) enviar ao Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias da data dos respectivos registros e averbações:

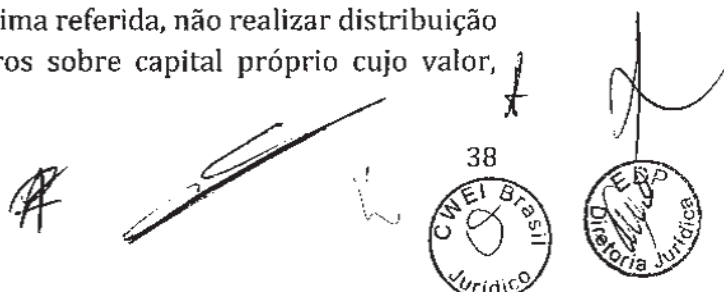
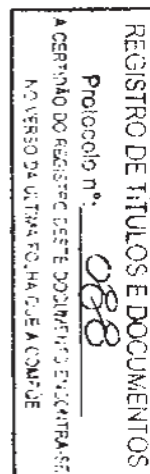
t.1) os Contratos de Garantia devidamente formalizados e registrados, nos termos da Cláusula 4.16.1 acima;

t.2) cópia autenticada dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e/ou dos extratos e de declaração da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de custódia das ações da Emissora comprovando a constituição do penhor das respectivas ações, conforme Cláusula 4.16.1 (ii) acima;

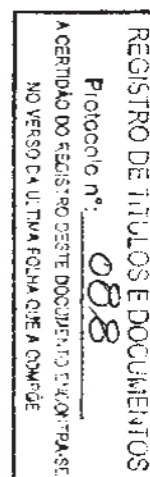
t.3) o Contrato de Compartilhamento de Garantias, devidamente formalizado e registrado, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e o BNDES, conforme Cláusula 4.17.1 acima; e

t.4) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrada(os) na Junta Comercial do Estado do Amapá e nos Cartórios de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

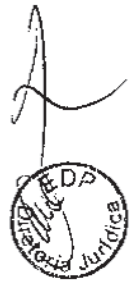
- (t) convocar, nos termos da Cláusula 8.1 desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (u) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (v) no caso de o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") ser inferior a 1,2, apurado anualmente, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo III à presente Escritura de Emissão, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor,



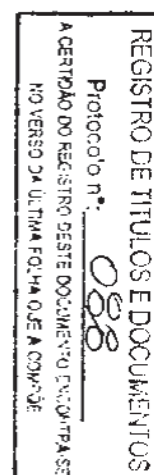
isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes;



- (w) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes dos Contratos de Financiamento do Projeto, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias úteis contados da sua ocorrência;
- (x) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (y) utilizar os recursos oriundos das Debêntures exclusivamente para a finalidade indicada na Cláusula 3.8 "Destinação dos Recursos" acima;
- (z) manter válidas e regulares, até a data de integralização das Debêntures, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que forem aplicáveis;
- (aa) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (bb) manter seus bens adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (cc) guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos contados da data da celebração da Escritura de Emissão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda a documentação relativa à Emissão, nos termos previstos na Instrução CVM 476, bem como disponibilizá-la ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (dd) cumprir, no que for aplicável, rigorosamente à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as mesmas medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais

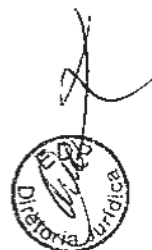


danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;



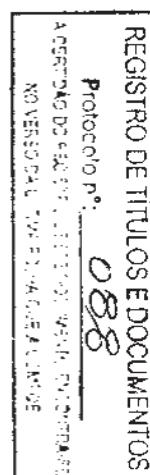
- (ee) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão e de mesma espécie das Debêntures, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (ff) adotar as medidas e ações relativas à segurança e medicina do trabalho;
- (gg) cumprir o Contrato de Concessão e apresentar ao Agente Fiduciário qualquer aditivo que venha a ser celebrado com a ANEEL no âmbito da concessão do Projeto, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar de sua celebração;
- (hh) não alterar prazo, valor, forma de pagamento, contraparte e volume dos Contratos de Comercialização de Energia celebrados pela Emissora, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas, salvo se tal alteração for expressamente requerida por autoridades regulatórias;
- (ii) manter índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) da Emissora igual ou superior a 20% (vinte por cento);
- (jj) não celebrar contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora sem a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.4.1. e seguintes desta Escritura de Emissão.

- 6.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, cada uma das Acionistas se obriga a aportar, de forma proporcional à sua participação acionária, na Emissora, sob a forma de capital, mediante



subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, os recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto.

- 6.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.



CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

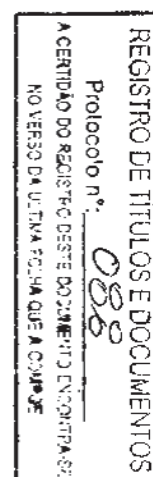
A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e as Acionistas.

7.2. Substituição

- 7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.
- 7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.



- 7.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado do Amapá e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão.
- 7.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 7.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

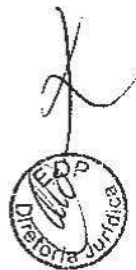
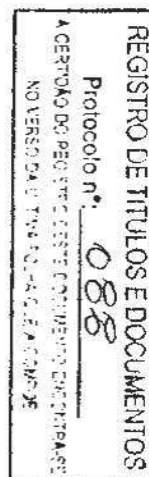


7.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

7.3. Deveres

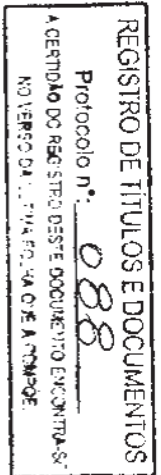
7.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas da Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração da Atualização Monetária dos Juros Remuneratórios e da amortização programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Garantias Reais e da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública;



Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e das Acionistas;

- (x) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xi) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no

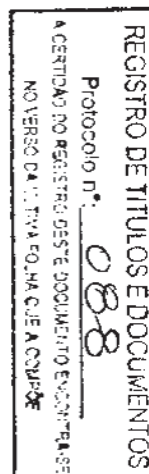


[Handwritten signature]



sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;

- (xv) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da Emissora;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xx) encaminhar aos Debenturistas, em até 5 (cinco) dias de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida; e
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário e validado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



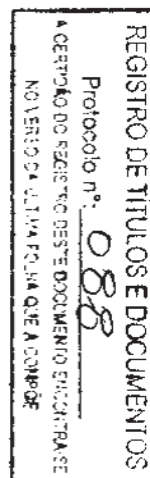
7.4. Atribuições Específicas

7.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, executar as Garantias Reais e a Fiança, aplicando o respectivo produto no pagamento integral, ou proporcional, das Debêntures;
- (v) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão;
- (vi) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

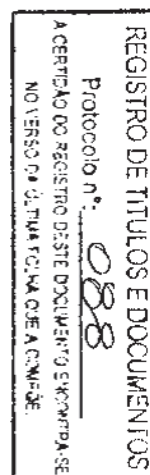
7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv) e (v) da Cláusula 7.4.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e observado o quórum estabelecido nesta Escritura de Emissão, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso "vi" acima.

7.4.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles; e/ou (ii) aqueles relacionados ao devido cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, nas Fianças e nas Garantias Reais, somente serão válidos quando



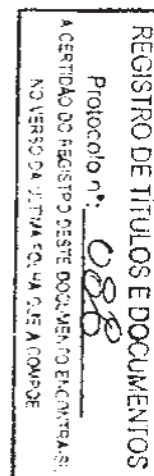
previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

- 7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 7.4.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos ICSD.
- 7.4.7. O Agente Fiduciário, neste ato, que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas, caso atue na função de agente fiduciário em outras emissões da Emissora, de sociedades coligadas, controladas ou integrantes do mesmo grupo da Emissora.
- 7.4.8. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário:
- 1) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Bandeirante Energia S.A., com vencimento em 30 de abril de 2019, em que foram emitidas 300 (trezentas)



debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

- 2) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da EDP, com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 3) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da EDP, com vencimento em 12 de agosto de 2015, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 4) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Lajeado Energia S.A, com vencimento em 25 de novembro de 2019, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com fiança prestada pela Fiadora. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 5) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição com esforços restritos de colocação, da Companhia Energética do Jari – CEJA, com vencimento em 07 de outubro de 2018, em que foram emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 6) 3ª (terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública

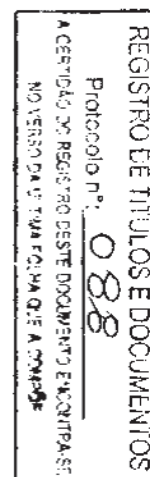


R



com esforços restritos de colocação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa, com vencimento em 27 de agosto de 2020, em que foram emitidas 17.680 (dezesete mil seiscentas e oitenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$176.800.000,00 (cento e setenta e seis milhões e oitocentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;

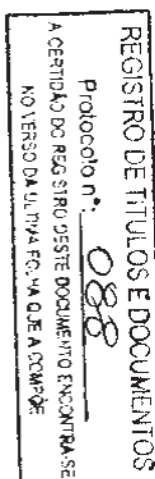
- 7) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 8) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 9) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento;
- 10) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A., com vencimento em 14 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 23.750 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$23.750.000,00 (vinte e três milhões,



   49  

setecentos e cinquenta mil reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; e

- 11) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A., com vencimento em 15 de janeiro de 2016, em que foram emitidas 53.200 (cinquenta e três mil e duzentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$532.000.000,00 (quinhentos e trinta e dois milhões de reais), com fiança prestada pela EDP. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.



7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 7.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcela anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento das Debêntures.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.5.1 acima, calculada *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS

Φ

[Handwritten signature]

10



50



(contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

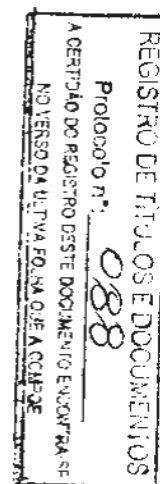
- 7.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

7.6. Despesas

- 7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, custos incorridos em fotocópias, envio de documentos, extração de certidões, viagens, transportes, alimentação e estadias.

- 7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora, mediante apresentação dos respectivos comprovantes. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

- 7.6.3. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e



necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

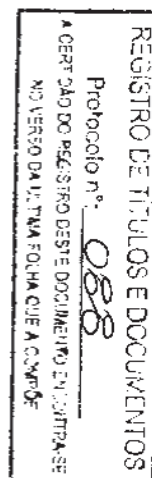
CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Disposições Gerais

- 8.1.1. À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, e, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, podendo ser realizadas de forma presencial, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

8.2. Convocação

- 8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.
- 8.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



- 8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

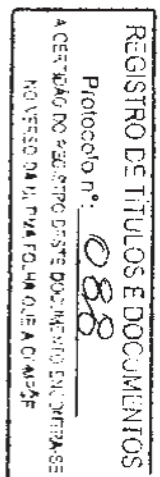
8.3. Quorum de Instalação

- 8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a, no mínimo, mais da metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum* das Debêntures em Circulação.

- 8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

8.4. Quorum de Deliberação

- 8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria dos presentes.
- 8.4.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação aprovar, seja em primeira ou segunda convocação: (a) qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e



datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (vi) da alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e (xi) da espécie das Debêntures; e (b) a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures.

8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.5. Mesa Diretora

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS ACIONISTAS

9.1. A Emissora e cada uma das Acionistas declaram e garantem, cada qual, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada ou, conforme o caso, aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes

[Handwritten signatures and initials]



legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
- (f) nesta data, detém todas as autorizações e licenças relevantes para a fase atual do Projeto, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (g) as ações a serem empenhadas e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.16 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus e/ou gravame, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão;
- (h) nesta data, não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Adverso Relevante, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e o Contrato de Suporte; ou (c) a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

- (i) nesta data, seu balanço patrimonial e a correspondente demonstração de resultado, apresenta de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve qualquer alteração no capital social da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo;
- (j) nesta data, a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação, inclusive de natureza ambiental, da qual seja parte, que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) exceto pelo disposto na Cláusula 7.4.8. acima, a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) nesta data, a Emissora não tem conhecimento de descumprimento da legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, tributária, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas, salvo as que estão sendo questionadas judicialmente;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na Junta Comercial do Estado do Amapá, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita;

(iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a Junta Comercial do Estado do Amapá; e (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

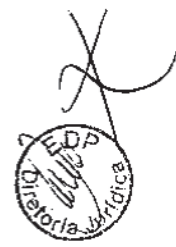
- (n) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (o) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (p) nesta data, cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais para a fase atual do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (q) a Emissora possui justo título de todos os seus direitos e ativos por elas detidos, salvo aqueles que estiverem sendo questionados judicialmente;
- (r) nesta data, a Emissora mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado; e
- (s) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria.
- (t) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

9.1.1. A Emissora e a(s) Acionista(s) comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Comunicações

10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EMISSIONA

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar

At.: Sra Stella Maris Moreira Fuao

Telefone: (11) 2185-5646

Fax: (11) 2185-5100

E-mail: stella.fuao@edpbr.com.br

Para a Acionista:

ACIONISTA

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar

CEP 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sr. Cassio Carvalho Pinto Vidigal

Tel.: 55 011 2185-5085

Fax: 55 011 2185-5980

E-mail: cassio.vidigal@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102

Rio de Janeiro/RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

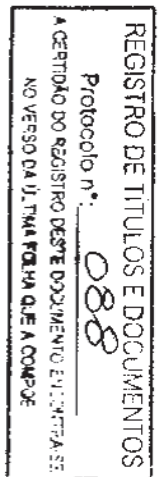
BANCO CITIBANK S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar-parte

At.: Área de Operações Agency&Trust (Paula Gomes / Ricardo Lopes)

Tel.: (11) 4009-7088 / (11) 4009-7169

E-mail: sfs.agency.trust@citi.com / paula.gomes@citi.com



Para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

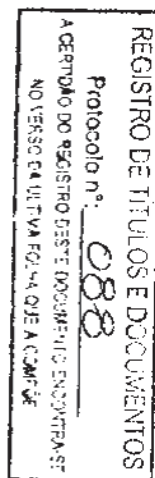
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 1º andar

CEP: 01452-0001 - São Paulo/SP

At.: Fábio Benites

Tel.: (11) 3111-1400 ou (11) 2138-1400

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

10.2. Renúncia

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

[Handwritten mark]

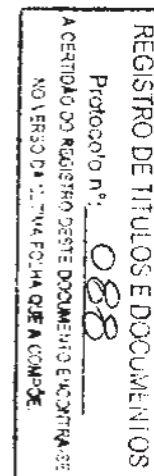
[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.



10.5. Cômputo do Prazo

10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.6. Despesas

10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento e os atos societários da Emissora.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

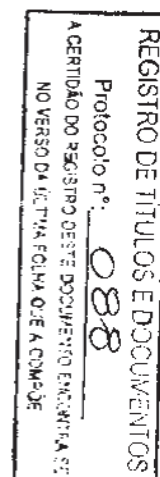
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

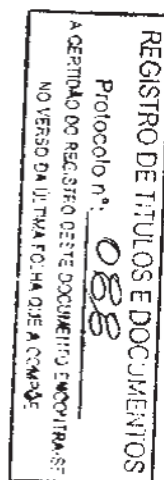


Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em **12 (doze)** vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2015.



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira)
Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária
com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e
Adicional Fidejussória, série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos,
da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.")





EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

Nome: 
Cargo: Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

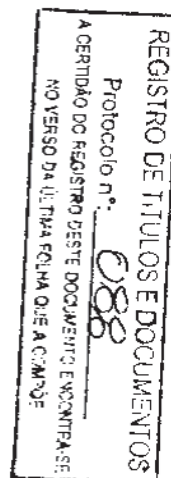
Nome: 
Cargo: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor





(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.")



EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.


Nome: _____
Cargo: **Luiz Otavio Assis Henriques**
Diretor Vice Presidente

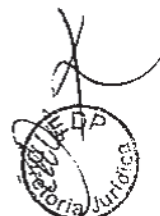

Nome: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Cargo: **Diretor Vice Presidente**

X

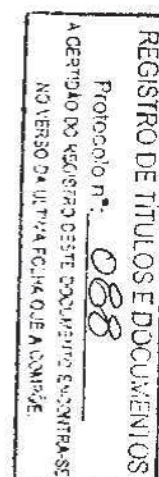
R



10



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.")



CWEI (BRASIL) PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: JOÃO ANTONIO PINHEIRO SAMINHO HERELLES

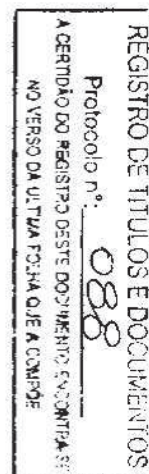
Cargo: DIRETOR

Nome: Daniela Gomes Afonso

Cargo: PROCURADORA



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.")



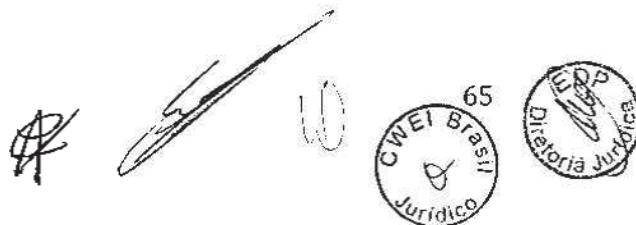
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Kelson Thales Cruzeiro Prates
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: REGINA ROSA SANTIANO
CPF: 155-483.988-02

Nome: Cassio C. P. Vidigal
CPF: 116.045.768-98



ANEXOS

I - Modelo de Carta de Fiança

II - Modelo de Declaração de Cumprimento do *Completion* Financeiro; e

III - Metodologia de Cálculo do ICSD.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Protocolo nº: 088
A CERTIDÃO DO REGISTRO DESTES DOCUMENTOS ENCONTRA-SE
NO VERSO DA ÚLTIMA FOLHA QUE A COMPOE




ANEXO I

CARTA DE FIANÇA Nº [●]

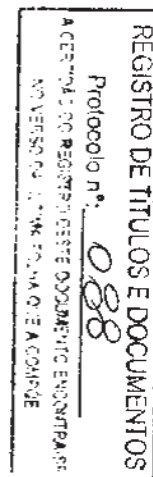
À

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira



São Paulo, [●] de [●] de 2014

Ref.: **CARTA DE FIANÇA Nº [●]**

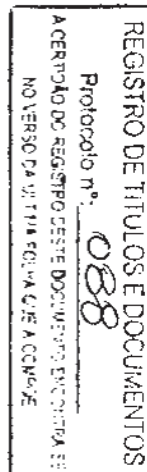
Prezados Senhores

Por este instrumento, o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 2.041 e 2.235, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 90.400.888/0001-42 ("FIADOR"), por seus representantes legais, obriga-se como fiador e principal pagador a cumprir as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela devedora e emissora de debêntures Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., com sede no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, na Margem Direita do Rio Araguari, Coordenadas UTM/SAD 69/Fuso 22/ E= 467.697,143, N= 94.210,766, CEP 68915-000, inscrita no CNPJ sob o nº 17.200.920/0001-56 ("EMISSORA") no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória a Ser Convolada para Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., celebrado entre a **EMISSORA**, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade



do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("AGENTE FIDUCIÁRIO") e EDP – Energias do Brasil S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 8º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.983.431/0001-03, firmada em [•] de [•] de 2014 ("ESCRITURA"), instrumento cujos termos e condições o FIADOR declara conhecer, e por meio do qual foram emitidas 17.750 (dezesete mil, setecentos e cinquenta) debêntures em um montante total de R\$ 177.500.000,00 (cento e setenta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("VALOR DA DÍVIDA"). A fiança ora prestada pelo FIADOR tem como beneficiário os titulares das debêntures objeto da Emissão, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, e está limitada à quantia representativa de 50% (cinquenta por cento) do VALOR DA DÍVIDA, na Data de Emissão, conforme definida na cláusula 3.3.1 da ESCRITURA, acrescida da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios incidentes, dos encargos moratórios, comissões e pena convencional aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na ESCRITURA e quaisquer custas processuais e honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de eventuais ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em benefício dos titulares das debêntures, e os demais encargos pactuados na ESCRITURA ("LIMITE DE RESPONSABILIDADE").

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável até [•] de [•] de [•], renunciando o FIADOR aos benefícios de que tratam os artigos 333, parágrafo único, 366, 827, e 838, todos do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada), estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da presente fiança dependerá sempre da anuência prévia do FIADOR, que se responsabiliza solidariamente pelo fiel e exato cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA, e se compromete, na hipótese de inadimplemento por parte da EMISSORA, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela EMISSORA na ESCRITURA, observado o LIMITE DE RESPONSABILIDADE acima mencionado e os termos e condições estabelecidos na ESCRITURA, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir de comunicação feita por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ao FIADOR nesse



[Handwritten signature]



sentido, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao seguinte endereço: Departamento Pós Venda de Ativos, situado no CASA 1, na Rua Amador Bueno, 474, 3º andar, Bloco B – Estação 229, Bairro Santo Amaro, São Paulo, Estado de São Paulo.

A presente fiança e seus eventuais aditamentos posteriores deverão ser registrados no cartório de registro de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo certo que 1 (uma) via da presente fiança devidamente registrada, deverá ser enviada tempestivamente após os respectivos registros ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

A presente fiança será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde serão dirimidas todas as questões oriundas do presente instrumento.

O **FIADOR** declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Isto posto, firma esta em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

FIADOR: _____

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

TESTEMUNHAS:

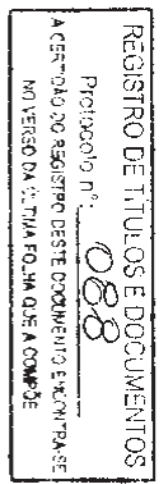
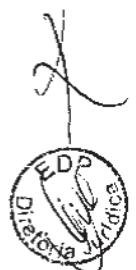
(nome e qualificação)

(nome e qualificação)

X

A





ANEXO II

Declaração de Ocorrência da Conclusão Financeira

CARTA [●]

[Local], [●] de [●] de [●]

À

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 7º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, CEP
04547-006 – Brasil

At.: [●]

C/C

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, ala B, salas 303 E 304, Barra da Tijuca, Rio
de Janeiro – RJ, CEP 22640-102 – Brasil

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

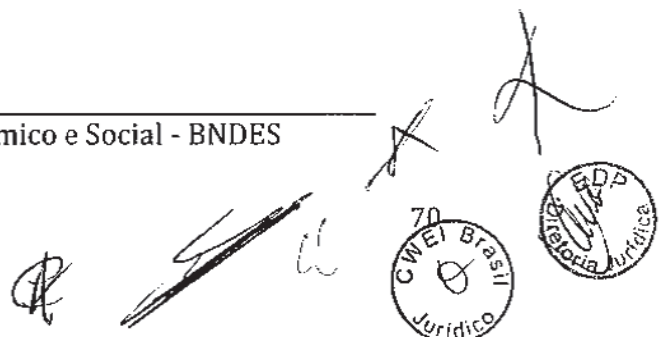
Ref. Conclusão Financeira do Projeto

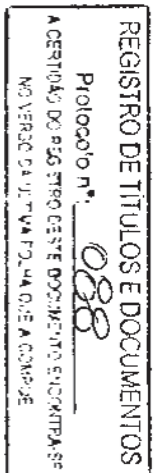
Prezado Senhor,

Nos termos da Cláusula Décima [●] do Contrato de Financiamento Mediante
Abertura de Crédito nº [●], comunicamos que o BNDES verificou a ocorrência da
Conclusão Financeira do Projeto [●].

Atenciosamente,

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

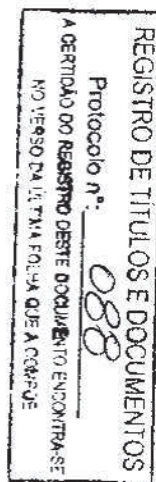




ANEXO III

Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras (de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 (doze) meses, a saber:



A) Geração de caixa da atividade

(+)	LAJIDA (EBITDA);
(-)	Pagamento de Imposto de Renda;
(-)	Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

B) Serviço da Dívida

(+)	Amortização de Principal;
(+)	Pagamento de Juros.

C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-)	Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda;
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo;
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo;
(+)	Depreciações e Amortizações;
(+/-)	Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i> / Reversões de perdas anteriores;
(+/-)	Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo;
(-)	Outras receitas operacionais; (*1)
(+)	PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação da ICPC 01; (*2)
(-)	Margem de construção (Receita de construção - Custo de construção); (*3)
(-)	Receita com Ativo Financeiro da Concessão; (*4)
(-)	Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção; (*4)
(+)	Receita Anual Permitida no exercício (neste montante deve estar considerado a respectiva parcela do PIS e COFINS bem como as demais deduções da Receita Operacional Bruta atinentes às atividades de transmissão); (*4)
(+/-)	Outros Ajustes IFRS. (*5)

R

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
Diretoria Jurídica



**Cartório de Registros Públicos
e Tabelionato de Ferreira Gomes**



Tabelião e Registrador: ALANI LANZARINI
Substituto: ERON DA S LEMES JÚNIOR
Escrevente: CARLOS DO S OLIVEIRA SANTOS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS || REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS || REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS || REGISTRO DE IMÓVEIS ||
TABELIONATO DE PROTESTO || TABELIONATO DE NOTAS

CERTIDÃO DE REGISTRO INTEGRAL **EM TÍTULOS E DOCUMENTOS**

CARLOS DO SOCORRO OLIVEIRA SANTOS, Escrevente Autorizado dos Registros Públicos e Tabelionato da Comarca e Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil. **CERTIFICA** que, foi arquivado e registrado integralmente nesta Serventia de Registro de Títulos e Documentos, no livro B-03, sob nº. 088, do protocolo sob nº. 088 em 06/JAN/2015, uma via do **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÁRIA A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DA EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**, datada do dia 05 de janeiro de 2015. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Dado e passado nesta cidade de Ferreira Gomes-AP, aos 06 de janeiro de 2015.

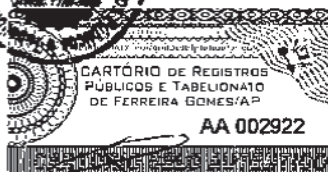
Certifico que onde se lê livro B-03, lê-se livro B-04. O referido é verdadeiro, dou fé.


Carlos do S. Oliveira Santos
Escrevente Autorizado



Em Teste da verdade.


Carlos do S. Oliveira Santos
Escrevente Autorizado



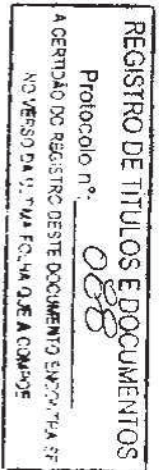
(*1) Outras receitas operacionais tais como lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível, a título meramente exemplificativo.

(*2) O valor referente ao pagamento, dentro do exercício apurado, de Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos em exercícios anteriores deverá ser diminuído da conta do LAJIDA (EBITDA).

(*3) Eliminar o efeito positivo da margem de construção (ICPC 01/ IFRIC 12).

(*4) Deverá ser desconsiderado qualquer resultado positivo na Demonstração do Resultado do Exercício cuja contrapartida seja o Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01/ IFRIC 12) e Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção (ICPC 01/ IFRIC 12) que não representam efetiva entrada de caixa operacional ou que ultrapassem os valores efetivamente recebidos através da Receita Anual Permitida.

(*5) Os "outros Ajustes IFRS" consistem na adição de eventuais despesas que não impliquem efetiva saída de caixa operacional, bem como na subtração de eventuais receitas que não impliquem efetiva entrada de caixa operacional.



[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

